

URGENTE

***POR UM AUMENTO**

MÍNIMO DE 70% !

***CONTRA DEMISSÕES ARBITRÁRIAS
E SEM INDENIZAÇÕES!**

***POR ASSISTÊNCIA MÉDICA
GRATUITA PELO HOSPI.**

TAL DA UNICAMP!

***TODOS À ASSEMBLÉIA!!**

dia 8 às 15hs CB-15

URGENTE

POR UM AUMENTO

MÍNIMO DE 70%

CONTRA DEMISSÕES ARBITRÁRIAS
E SEM INDENIZAÇÕES

POR ASSISTÊNCIA MÉDICA

GRATUITA PELA UNICAMP

FAL DA UNICAMP!

TODOS A ASSIMBRIAN

dia 8 de 1962 CB-15

carta do encontro nacional de associações de docentes

A democratização da Universidade Brasileira está subordinada ao processo geral de democratização da Sociedade Nacional. Ela exige como condição para sua realização, a eliminação de todos os mecanismos repressivos que, anelizados no estado autoritário implantado no país, após 1964, cerceiam a organização e a livre manifestação de amplos setores da Sociedade, inclusive da comunidade universitária.

Entretanto, ao nível específico das instituições universitárias, a crise institucional do sistema abre largas possibilidades, no sentido de contribuir para acelerar a sua superação, propiciando o exercício de uma prática democrática e a criação de relações livres e dinâmicas no interior da vida acadêmica e científica nacional.

É neste contexto que a Reforma Universitária implantada, a partir de 1969, não atendeu às aspirações de democratização e mudanças do sistema educacional, que haviam inspirado o grande debate anterior.

A crítica mais contundente a essa Reforma, em termos gerais, é aquela que denuncia todo o processo como uma ação do Estado sobre a Universidade, procurando transformá-la em instrumento de reprodução da ideologia dominante e de formação de mão de obra particularmente aos interesses restritos do capital monopolista. Embora, pertinente em suas linhas gerais essa crítica revele-se insuficiente para dar conta da situação da crise em que se encontra o sistema universitário brasileiro. É necessário aprofundar o conhecimento das contradições de uma reforma, que procurou atender, simultaneamente, interesses divergentes de frações das classes dominantes e reivindicações de alguns setores médios urbanos, ignorando os interesses fundamentais da Sociedade.

A situação de crise em que nos encontramos aponta, claramente, para a necessidade de reformular as críticas parciais, através de uma análise do processo de reforma, dos seus mecanismos formais e informais, dos efeitos divergentes que produziu em diferentes regiões do país e nos diversos setores de ensino e da pesquisa.

Sente-se hoje a necessidade de uma análise deste tipo, entretanto, implicando no reconhecimento dos interesses políticos e econômicos que devem ser atendidos pela Universidade, só pode ser efetuada através da abertura de amplo debate sobre o sistema educacional em seu conjunto, o que exige a conquista de um espaço democrático.

A convicção generalizada da existência de um impasse na conjuntura presente, demonstra a exaustão dos mecanismos autoritários de decisão que, ao asfixiarem a discussão sobre o sistema universitário brasileiro, impediram uma praxis verdadeiramente inovadora face aos interesses da nação.

O primeiro passo para retomada efetiva do debate e da ação consiste na denúncia dos dispositivos autoritários, que condicionaram a implantação da reforma, cabendo assinalar, que até mesmo aqueles objetivos tidos como democráticos pelo próprio ideário da Reforma jamais foram efetivados.

Esse autoritarismo se concretizou através dos mecanismos de centralização do poder, de instrumentos de cooptação, de burocratização do processo decisório e de hipertrofia dos órgãos executivos. Isto aconteceu não só ao nível da relação entre Estado e Universidade, mas se reproduziu internamente no plano da organização das próprias Universidades.

O controle do sistema foi ainda reforçado pela implantação de um poder paralelo, ilegítimo, exercidos pelos órgãos de segurança e informação que se instituíram como instâncias espúrias de decisão.

O segundo passo deve levar ao reconhecimento da complexidade e diversidade da estrutura acadêmica que exige uma avaliação exaustiva e constante. Este trabalho deve reconhecer os problemas decorrentes da ampliação da rede de ensino que, ao lado da criação de restritos centros de excelência, promoveu a proliferação de faculdades e universidades onde são evidentes as imensas deficiências na administração do ensino e do desenvolvimento da pesquisa. Mais grave é o problema no âmbito do ensino privado, onde empresas de ensino com objetivos lucrativos não tem interesse em promover uma formação acadêmica adequada.

EDITORIAL

Uma nova campanha salarial se aproxima. Estamos marcando uma assembléia geral para o dia 8 de março às 15 horas. A ADUSP deverá realizar sua assembléia dia 6 de março às 17 horas. De acordo com que foi acertado no encontro nacional das associações docentes; a diretoria das tres associações (ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP) irão por por as assembléias, um reajuste salarial de 70%, unificando portanto as reivindicações de todo o funcionalismo público. Esse reajuste também será reivindicado por associações dos outros estados e está sendo pedido de maneira geral por toda classe trabalhadora.

Ao par desta reivindicação básica, a ADUNICAMP pretende também discutir na assembléia geral um problema que começou no fim do ano passado quando alguns professores foram demitidos ("contrato não renovado") e não receberam nenhuma indenização da Universidade.

Não iremos discutir aqui o mérito das dispensas, observando porém que elas foram realizadas sem que os demitidos tivessem direito à defesa e o julgamento se deu em conselhos cuja constituição está longe de ser satisfatória. Pedimos a todos colegas que tiveram seus contratos rescindido ou não renovados que entrem com processo na justiça do trabalho pleiteando a indenização devida (1 mes de salário por ano de serviço até dez anos; ou 2 meses de serviço depois de dez anos) ou depósito do fundo de garantia se for o caso.

A ADUNICAMP procurará ajudar de todas as maneiras possíveis.

Por outro lado com a inauguração do hospital da Unicamp e com o cancelamento do Convênio com o Centro Médico devemos reivindicar da Universidade a assistência médica garantida para os professores, alunos e funcionários, já que o serviço do LAMSE está cada vez mais precário.

Resumindo nossas reivindicações temos:

- Por um aumento mínimo de 70%
- Contra demissões arbitrárias e sem indenizações
- Por assistência médica gratuita pelo o Hospital da Unicamp
- Pelo direito de defesa dos professores perante conselhos de constituição democrática e democráticamente eleitos.

Procure o representante da sua unidade para associar-se a ADUNICAMP e para discutir todos os assuntos de seu interesse.

A Diretoria:

José Vitório Zago - Presidente (IMECC)
Armando Turteli - Vice-Presidente (IF)
José Luis Boldrini - 1º Secretário (IMECC)
Carlos Rodrigues de Souza - 2º Secretário (FEC)
Renato Atílio Jorge - 1º Tesoureiro (IQ)
Jarbas Toledo - 2º Tesoureiro (Medicina)

O Conselho de Representantes:

Jorge Migliolli - IFCH
Ademir Petenatte - IMECC
Ricardo Villela Gonçalves - IMECC
Elizabeth Camargo - Educação
Helôisa - Educação
José Tomás Vieira Pereira - FEC
Iaro Burian Jr. - FEC
Jorge Leme - FEAA
José Tadeu Jorge - FEAA
Francisco Pescinni - IQ
Paulo Imamura - IQ
José Carlos Valadão Mattos - IF
Sergio Meleck - IF
Suzi Sperber - IEL
Celene - IEL

b) a documentação e a denúncia sistemática das práticas repressivas assinaladas, particularmente a exigência de atestados e ideologia de antecedentes políticos para ingresso na vida docente,

c) as pressões coletivas e organizadas para a integração, nos quadros universitários dos docentes atingidos pela triagem ideológica em quaisquer das suas múltiplas formas,

4. A luta sistemática e organizada pela reintegração dos docentes afastados do seu trabalho, mediante expurgo, cassação ou aposentadoria, com:

a) propostas efetivas para sua reintegração nos quadros da universidade;

b) levantamentos sobre a história da repressão aberta ou velada, com a formação de grupos locais de trabalho, que incorporem inclusive docentes atingidos, com vistas a elaboração e divulgação de um dossier sobre a repressão na universidade brasileira;

c) luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

II. Questões Trabalhistas

1. Pela extinção das figuras de professor voluntário e horista;

2. Pela realização anual de concursos, extensivo aos colaboradores para admissão na categoria funcional equivalente à sua titulação acadêmica;

3. Pela criação de uma coordenação nacional para estudar a reformulação da carreira universitária;

4. Pela vinculação do FGTS à estabilidade, conforme vem sendo proposto pelas lideranças sindicais do país - pela estabilidade no emprego;

5. Pela liberdade, autonomia e unidade sindical, revogação de lei anti-greve e revogação das restrições à sindicalização dos funcionários públicos;

6. Contra a expansão indiscriminada do ensino superior particular e pela contínua ampliação da gratuidade do ensino;

7. Pela isonomia salarial; iguais para salários iguais;

8. Que seja concedida um reajuste salarial imediato de no mínimo 70% além de frações variáveis, fixados em função de peculiaridades regionais, como forma de minorar a perda de poder aquisitivo ocorrido nesta última década;

9. Por aumentos anuais de salário sempre iguais ou superiores à real perda de do poder aquisitivo da moeda nacional;

10. Pela aposentadoria aos 25 anos de serviço para os docentes, pagamento de taxa de insalubridade e adicional noturno;

11. Pelo aumento de verbas para educação que possibilite inclusive pagamento de melhores salários de professores e funcionários da universidade;

III. Sistema de Ensino e Reforma Universitária e,

IV. Papel da Associação de Docentes

As Associações de Docentes devem orientar sua ação no sentido de criar o espaço democrático no âmbito de cada instituição inclusive através da atuação dos docentes nos órgãos colegiados e em reuniões e debates, com o objetivo de superar o autoritarismo, a centralização do poder e a burocratização crescente da vida universitária;

As associações devem promover uma análise crítica de cada entidade de ensino que resulte num diagnóstico das diversas instituições do ensino superior;

As Associações devem promover a preparação de um debate nacional que sistematize os resultados desta avaliação crítica e conduza à reformulação de um programa de ação para transformação do sistema educacional;

Para efetivação deste plano recomenda-se a formação de uma Coordenação Nacional, especialmente constituída para este fim, bem como sugere-se que os primeiros diagnósticos sejam divulgados na SBPC/79 e o debate nacional promovido durante o 2º Encontro de Docentes Universitários;

A Coordenação Nacional também se constituiria num centro temporário de documentação e informação sobre as associações estudando formas alternativas de uma Organização Nacional;

Apoio sistemático às lutas do corpo docente contra a repressão do movimento estudantil e dos funcionários da Universidade;

Dentro deste quadro, é particularmente importante assinalar os entraves burocráticos ao avanço da pesquisa e o divórcio entre a formulação de uma prática científica e as instituições universitárias.

Por outro lado, as novas relações de trabalho engendradas pela política educacional do Regime, acabaram por conduzir à instabilidade funcional, às sobrecargas de trabalho imposta a minoria dos docentes e ao paralelo arrocho salarial, o que impossibilita a produção qualificada do ensino e da pesquisa.

O melancólico perfil que se desenha é o de uma Universidade marginalizada, incapaz tanto de decidir sobre seu próprio destino quando de influir nos destinos da nação.

Não se pode conceber que a alteração de todo esse sistema possa ser estabelecida através da formulação de um simples projeto de reforma, concebido por grupos restritos de especialistas. A verdadeira Reforma só pode ser vista como um processo de discussão e experimentação, que se dará simultaneamente por meio de lutas, pela conquista de espaços democráticos e através da participação crescente dos docentes, alunos, e funcionários nos órgãos decisórios da Universidade, assim como pela destruição dos mecanismos internos e externos de repressão política.

No âmbito do presente processo de reorganização da sociedade civil nos seus vários setores, o surgimento e ressurgimento de Associações de Docentes inaugura uma nova etapa no desenvolvimento da vida universitária brasileira. O estreitamento das relações das Associações de Docentes Universitários com todas as forças políticas nacionais empenhadas na superação da situação conservadora é que poderá fazer florescer os princípios democráticos almejados.

Nesse sentido as Associações de Docentes que assinaram esta carta de princípios, aprovaram e recomendam.

São Paulo, 18 de fevereiro de 1979.

-ADUSP -ADUNESP -APROFAAP -APROPUC -APUFSC -ADUFRGS -ADUESCAR -ADUFPE -ADUFP -ADUFMAT
-ADUFF -ADPUC -APUEB -ADUNB -CPFADUFP -APUEL -APUSM -APROUFP -APUB -APUC -ADUNICAMP
-APRUMA -ADUNEP -ADOFRAN -APUCG -COAPUERJ -EPUC.

nota Em nosso último boletim sobre a repressão cultural na Argentina, saiu um sumário em inglês. Devemos esclarecer que este boletim foi distribuído no Simpósio Interamericano de Matemática onde estiveram presentes muitos estrangeiros, daí então o Sumário em inglês.

propostas aprovadas

1. Democratização da Universidade e Triagem Ideológica

1. A articulação Nacional das Associações de docentes e a coordenação das lutas pela autonomia universitária, como instrumentos eficazes para suprir a legislação de exceção existente -Leis de Reforma Universitária, Política de Pessoal, Política de Pessoal, Política Financeira, etc.- e suas diversas aplicações ao nível de cada Universidade;

2. O exercício e o controle, pela comunidade universitária como um todo, do governo da Universidade, com a realização, inclusive, de eleições diretas para o preenchimento dos cargos de direção dos órgãos administrativos e técnico-científicos e com a formulação dos ordenamentos legais -Estatutos e Regimentos Internos- que regulam a vida acadêmica;

3. A luta sistemática e organizada contra o expurgo, a triagem e a discriminação ideológica existentes nas universidades brasileiras, com:

a) a extirpação das assessorias de segurança e informações oficiais e oficiais, esquistas nas universidades, e no MEC

ficada a partir deste período e as consequências daí advindas no plano econômico e social, o velho arcabouço educacional passou a ser um entrave elitista e acadêmico de nossas instituições de ensino superior não mais serviam a classe no poder, agora mais complexa e cada vez mais diversificada em suas necessidades e interesses. É fácil verificar através do que foi exposto na primeira parte deste artigo que um sistema educacional superior sustentado pelo Estado é incompatível com o Imperialismo nos países dependentes. Daí a necessidade da chamada "privatização" do ensino superior.

A tendência agora observada de descompromisso do governo com o ensino superior no país já podia ser observada há décadas atrás embora em menor escala. Entretanto, com a Contra-Revolução de 1º de abril de 1964 este processo acelerou, pois uma das finalidades do golpe militar foi acelerar o processo de internacionalização da economia via interferência do Estado no jogo econômico. Justiça seja feita, na área do ensino superior a chamada Revolução de 1964 teve êxito total, basta ver a porcentagem que representa o ensino universitário não estatal no Estado mais industrializado do país que é São Paulo.

Antes do advento da Grande Indústria a Educação tinha como finalidade primordial reproduzir a nível de superestrutura os valores da classe dominante no sentido de preservá-la no poder. Com o aparecimento do Capitalismo principalmente na fase imperialista o ensino passou a ser parte importante no processo produtivo como gerador de novas tecnologias. Daí a participação ostensiva do Capital na área Educacional.

No caso do Brasil a modernização do país tendo como consequência a necessidade de mão-de-obra especializada a nível médio e superior e a necessidade de investimentos vultuosos por parte do Estado em infra estrutura para suportar o processo de desenvolvimento acelerado constituem as necessidades estruturais que levaram o Governo a privatizar o ensino superior, tendo em vista que as universidades oficiais não tinham condições de cumprir seu papel dentro do novo contexto, além de impedir a penetração do capital na área do ensino superior no ritmo exigido pela nova situação do país.

A penetração do capital na área da Educação superior no Brasil, por razões políticas, se processa pelo subsídio do Governo ao aluno universitário chamado Crédito Educativo que ficaria melhor caracterizado se o chamássemos de INCENTIVO À INDÚSTRIA EDUCACIONAL.

Por outro lado o processo de ajustamento dos valores da classe dominante a nova condição de desenvolvimento acelerado se dá através de financiamentos de projetos culturais, bolsas de estudo, intercâmbio cultural, etc., que diga-se de passagem, com grande participação do capital estrangeiro.

Um outro aspecto importante por que passa a Educação Superior em nosso país é a ênfase no ensino técnico em detrimento ao referente às Ciências Sociais. Isto também faz parte do que dissemos na primeira parte desta análise no que se refere à formação de uma camada despolitizada e tecnocrática que passa a constituir a base de sustentação do poder em substituição à classe média que fazia este papel através do jogo parlamentar clássico.

Esperamos que a análise sumária do Ensino Superior no Brasil feita anteriormente sirva para chamar atenção da oposição conseqüente para o problema educacional em nosso país no que diz respeito a busca de novas alternativas realistas para esta questão a nível popular e não tentativas de voltar a estruturas já não compatíveis com a realidade econômica e social do estágio atual do imperialismo, tal como este se manifesta no Brasil.

4. EDUCAÇÃO E REPRESSÃO

Na parte anterior procuramos mostrar como está se processando a nível de instituições a transformação do Ensino Superior em nosso país face às necessidades do desenvolvimento capitalista dependente, principalmente a partir do golpe militar de 1964 quando intensificou sua implantação no Brasil.

Agilização de informação urgente através da formação de uma rede de comunicações que permite mobilização rápida a nível nacional. Assim em cada região haveria uma associação responsável pela comunicação com as demais.

Fortalecimento e expansão das Associações Docentes;

Uma campanha que vise o aumento do número de Associados nestas Organizações;

Procurar introsamento a nível regional com reuniões frequentes;

Sugere-se que as Associações de Docentes colaborem com o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita;

Sugere-se filiação das Associações ao DIEESE;

Sugere-se que as Associações de Professores da Rede Particular de Ensino Superior encaminhe nas suas unidades uma ampla campanha de sindicalização para todos os seus professores.

São Paulo, 18 de fevereiro de 1979

As mocções aprovadas neste congresso foram:

- Protesto contra o aumento do IR
 - Pela formação da UNE
 - Por eleições livres e diretas em todos os níveis
 - Contra a devastação da Amazônia
- (Os textos das mocções serão publicados num próximo boletim)

a universidade brasileira (cont.)

J.R.

3. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil no que diz respeito a seus recursos financeiros repousa entre dois polos. De um lado temos as Universidades Federais, Estaduais e Municipais e no outro extremo as Universidades e Faculdades essencialmente particulares, ou seja, sem participação do poder público.

Entre estes dois extremos existe uma gama de estabelecimentos de ensino superior com participação financeira. Grupos particulares quer com ou sem fins lucrativos e dos governos Federais, Estaduais ou Municipais. A participação do poder público nestes estabelecimentos se dá de várias formas, através de ajuda direta, financiamentos em projetos de pesquisa ou mesmo de leis que indiretamente favorecem a capitalização destas entidades mediante taxas e outros expedientes que em alguns casos constituem verdadeiro roubo ao aluno que ingressa nestas escolas.

Esta situação real da estrutura do ensino Superior em nosso país reflete nos princípios e fins destas instituições.

As escolas oficiais são essencialmente conservadoras, resistindo à adequação de sua função ao desenvolvimento industrial do país. Elas têm uma tradição de elite nos moldes das velhas escolas de bacharéis tão famosas no passado.

Por outro lado os estabelecimentos essencialmente particulares são verdadeiras empresas que visam somente os outros e seu ensino possui uma fachada mais realista no que diz respeito à situação científica e tecnológica do país. Entretanto, isto não passa de aparência, pois a maioria delas não tem condições materiais mínimas de funcionamento e são verdadeiras arapucas montadas por empresários inescrupulosos.

No nosso caso específico notamos que o ensino superior até a era desenvolvimentista do Governo Juscelino se manteve quase integralmente nas mãos do Estado, o que refletia uma necessidade da própria organização econômica e social do país veri-

aumento do incentivo à Indústria da Educação (Crédito Educativo);

2) A repressão policial exercida pelo governo diretamente através de seu aparato-militar sobre os órgãos estudantis e suas lideranças será transferida à direção das próprias escolas o que já vem sendo feito a algum tempo;

3) Os professores e suas entidades representativas principalmente do ensino particular serão constantemente pressionados através de contrato de trabalho, lei de segurança nacional, etc.

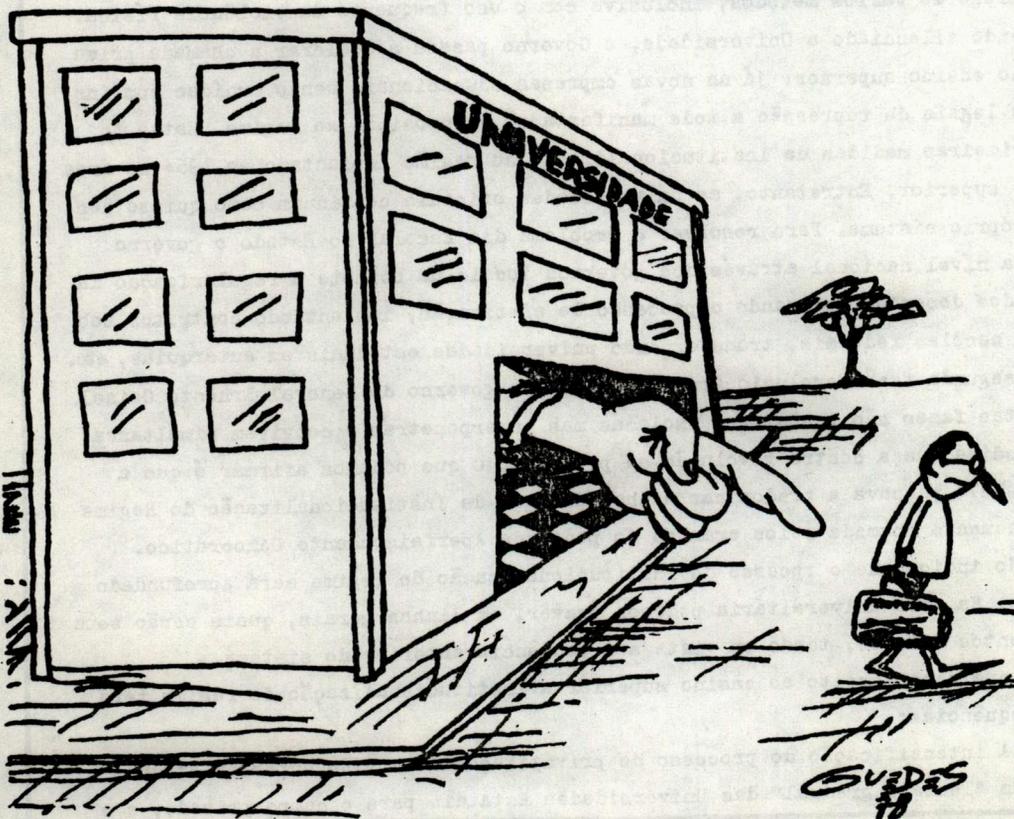
Esta repressão branca se abaterá inicialmente sobre as escolas particulares, pois estas estão mais próximas do sistema produtivo, tendo em vista que seus alunos são na maioria trabalhadores que estudam e portanto influenciam diretamente na produção. Tendo em vista esta nova realidade os professores e alunos das escolas particulares devem procurar desenvolver métodos de luta contra esta situação que de modo algum é nova mas que será a partir de agora mais sutil e eficiente, fortalecendo suas entidades de classe através de direções autênticas e vinculadas com os reais interesses da classe.

De um modo geral cumpre aos professores e alunos lutar por representações comprometidas com interesses reais de um desenvolvimento científico e cultural verdadeiramente popular e que esteja o ensino superior no Brasil ao lado do povo brasileiro na luta pela sua libertação.

nota De acordo com que foi tirado em nossa última reunião, a diretoria foi conversar com o Presidente da ASSUC visando um encaminhamento conjunto na luta salarial, sua resposta foi de que não cabe a ASSUC este tipo de luta. Cabe à quem então, perguntemos nós?

demissão de professor...

ANISTIA!



Como no presente momento estamos passando por uma nova fase do regime é oportuno dizer algumas palavras sobre os métodos usados pelo poder para transformar nossa estrutura educacional superior visando alcançar seus objetivos.

A História nos ensina que toda Contra-Revolução passa por duas fases caracterizáveis mas não separáveis no tempo e no espaço, as quais podemos chamar de Repressão Policial e Repressão Institucional. Aqui só nos interessa analisar estas duas faces do regime militar implantado em 1964 no que diz respeito ao ensino superior.

Vitorioso o golpe militar, este procurou cortar as cabeças e instituições vinculadas ao avanço das forças populares que estavam ameaçando os interesses do capital estrangeiro e da oligarquia nacional sua aliada. De início não havia necessidade imperiosa de reprimir violentamente os estudantes e intelectuais, pois as universidades brasileiras sempre foram conservadoras e em certos casos reacionárias e seu peso no contexto das agitações populares se processava mais em nível acadêmico, sem interferências consideráveis entre o proletariado e os trabalhadores em geral. Portanto, durante os primeiros governos militares a repressão policial se concentrou na classe trabalhadora que era realmente o grande inimigo do novo regime.

Durante os primeiros anos do golpe a entrega da economia brasileira ao capital estrangeiro foi tão rápida que surgiu a necessidade de sua penetração imediata no sistema educacional para suprir tanto do ponto de vista técnico quanto político as novas exigências da acumulação imperialista no Brasil. A Universidade, embora conservadora, tinha uma grande tradição nacionalista como nos mostra o exemplo da participação dos estudantes e professores na Campanha do Petróleo no início da década de 50. O estúpido da crise foi o famoso acordo MEC-USALD através do qual os EEJUU passavam a interferir diretamente em nosso ensino superior.

A pequena-burguesia em época de efervescência social tende sempre para radicalismo de direita ou de esquerda quer se trate de uma revolução ou de uma contra-revolução. Devido ao grande componente pequeno burguês em nossas universidades desencaixou-se um processo de agitação que levou a um outro golpe dentro do golpe militar com a implantação de terror através do AI-5, de 13 de dezembro de 1968.

A partir deste instante o centro de gravidade da Repressão Policial começou a pender para a área universitária com prisões seqüestros, torturas, desmantelamento dos órgãos estudantis e atingindo o corpo docente em suas personalidades mais progressistas. Os líderes do corpo discente e docente das Universidades foram afastados com o emprego de vários métodos, inclusive com o uso frequente da violência física.

Tendo silenciado a Universidade, o Governo passou a acelerar a chamada privatização do ensino superior; já as novas empresas educacionais sendo munidas com instrumentos legais de repressão a toda manifestação de oposição ao regime. Estas foram as primeiras medidas de institucionalização do regime implantado em 1964 na área do ensino superior. Entretanto, as universidades oficiais continuam como quisto dentro do próprio sistema. Para resolver o problema das Escolas do Estado o governo procedeu a nível nacional através dos governos locais um boicote a regularização da situação dos docentes, evitando o processo de efetivação, implantando contratos sob a CEF nas escolas federais, transformando universidades estaduais em autarquias, etc.

A segunda fase revolucionária começa com o governo do General Ernesto Geisel, embora estas fases não possam ser isoladas mas interpenetram e convivem simultaneamente à medida que a contra revolução se processa. O que podemos afirmar é que a partir de 1974 passava a predominar a chamada fase de Institucionalização do Regime eufemisticamente chamada pelos arautos do poder de Aperfeiçoamento Democrático.

Tudo indica que o processo de institucionalização de regime será aprofundado no próximo. Na área universitária podemos prever, em linhas gerais, quais serão seus desdobramentos futuros, tendo em vista a tendência anterior do sistema.

No que diz respeito ao ensino superior a institucionalização do regime terá como conseqüências:

- 1) A intensificação do processo de privatização do ensino superior através da passagem "lenta e gradual" das Universidades Estaduais para o campo privado, e o